

Relatório e Contas do Período - 2025

SEGUP CORRETORES DE SEGUROS S.A

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	16
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	16
ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	17

Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão do Conselho de Administração da SEG UP CORRETORES DE SEGUROS, S.A. (doravante SEGUP ou ENTIDADE) relativo ao período económico de 2025.

A entidade exerce a atividade de mediação de seguros, tendo obtido o certificado de corretora de seguros em março de 2024.

Uma corretora de seguros é uma empresa que atua como intermediário entre o cliente e as companhias de seguros. A sua função principal é ajudar os clientes a encontrar o seguro que melhor atendam às suas necessidades, a corretora de seguros realiza uma série de atividades para facilitar esse processo, incluindo: Análise de Necessidades, Cotação e Comparação, Consultoria, Negociação, Administração de Apólices, Assistência em Sinistros.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma breve abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento Macroeconómico

Contexto Internacional

O ambiente económico global mantém-se marcado por elevada incerteza geopolítica e comercial. O conflito no Médio Oriente, iniciado no final de fevereiro de 2026 com o ataque dos EUA e de Israel ao Irão, provocou uma subida acentuada dos preços das matérias-primas energéticas, com impacto negativo na atividade económica e positivo na inflação a nível global. Este choque soma-se às tensões comerciais associadas à política tarifária dos EUA e à persistência da guerra na Ucrânia, criando um contexto internacional caracterizado por maior aversão ao risco, volatilidade nos mercados financeiros e cadeias de abastecimento mais frágeis. Ainda assim, os bancos centrais consideram que o choque energético deverá ser temporário, com os mercados a antecipar uma redução dos preços do petróleo a partir da segunda metade de 2026.



Zona Euro

Os especialistas do BCE projetam que o crescimento económico da área do euro se situe, em média, em 0,9% em 2026, 1,3% em 2027 e 1,4% em 2028, uma revisão em baixa face a projeções anteriores, refletindo os efeitos do conflito nos mercados de matérias-primas, nos rendimentos reais e na confiança a nível mundial. Em contrapartida, o desemprego baixo, a solidez dos balanços do setor privado e a despesa pública em defesa e infraestruturas deverão continuar a sustentar o crescimento. Em resposta à subida da inflação — que atingiu 3,2% em maio de 2026, o valor mais elevado em mais de dois anos e meio e acima do objetivo de médio prazo de 2% do BCE — o Banco Central Europeu aumentou as taxas de juro diretas pela primeira vez em quase três anos, em 11 de junho de 2026: a taxa de depósito subiu para 2,25%, a taxa das operações principais de refinanciamento para 2,40% e a facilidade de cedência de liquidez para 2,65%. O BCE reitera estar determinado a assegurar que a inflação estabiliza no objetivo de 2% a médio prazo, mas admite riscos ascendentes para a inflação e descendentes para o crescimento. A próxima reunião de política monetária está agendada para 22-23 de julho de 2026, não sendo de excluir novos ajustamentos caso o conflito se prolongue.

Portugal

A economia portuguesa deverá crescer 1,8% em 2026, com desaceleração para 1,6% em 2027 e regresso a 1,8% em 2028, segundo as últimas projeções do Banco de Portugal (Boletim Económico de junho de 2026), continuando a crescer acima da média da área do euro. A inflação deverá aumentar para 3,1% em 2026 — revista em alta face a projeções anteriores devido à subida do preço do petróleo — regressando a valores próximos de 2% em 2028. O mercado de trabalho mantém-se robusto, com a taxa de desemprego a fixar-se em 5,9% em 2026 e a estabilizar em torno desse valor nos anos seguintes, níveis historicamente baixos. A procura interna continua a ser o principal motor da economia, sustentada pelo consumo privado, pelo investimento associado ao PRR (incluindo projetos de grande escala, como o centro de dados em Sines) e por uma política orçamental de orientação expansionista. Do lado orçamental, após um excedente de 0,7% do PIB em 2025, projetam-se défices moderados de 0,2% em 2026 e 0,5% em 2027-2028, mantendo-se Portugal entre o grupo restrito de países da área do euro com excedente ou saldo próximo do equilíbrio. A dívida pública deverá continuar a descer, de 89,7% do PIB em 2025 para 79,5% em 2028. Como fatores de risco, destacam-se a evolução do conflito no Médio Oriente, o abrandamento da oferta de trabalho associado à redução dos fluxos migratórios e a diminuição das transferências líquidas da UE com o término do PRR.

Setor Segurador

O setor segurador português mantém uma trajetória de crescimento robusto, acima da inflação. No primeiro trimestre de 2026, a produção global de seguro direto em Portugal aumentou 18,2% face ao período homólogo de 2025, ultrapassando 4,9 mil milhões de euros. O ramo Vida destacou-se com um crescimento de 28,1%, impulsionado sobretudo pelos seguros de Vida Não Ligados (+29,2%), num contexto de taxas de juro mais elevadas que tornam estes produtos mais atrativos. Os ramos Não Vida registaram um crescimento de 9,2%, com destaque para o Automóvel (+10,7%), Doença (+9,9%), Incêndio e Outros Danos (+11%) e Acidentes de Trabalho (+6,5%). Os montantes pagos de seguro direto aumentaram 7,8% no período, com um crescimento particularmente expressivo nos ramos Não Vida (+27,6%), refletindo o impacto de sinistros catastróficos e a maior sinistralidade observada em anos anteriores. O valor das carteiras de investimento das empresas de seguros totalizou 57,2 mil milhões de euros, um acréscimo de 1,2% face ao final de 2025, enquanto o volume de provisões técnicas se situou em 49,1 mil milhões de euros. A posição de solvência do setor, embora sólida, recuou face ao final de 2025: o rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) desceu para 195% (-14 p.p.) e o do Requisito de Capital Mínimo (MCR) para 509% (-57 p.p.), refletindo a maior volatilidade dos mercados financeiros no início do ano.

Este enquadramento — inflação acima do objetivo, subida das taxas de juro e forte incerteza geopolítica — tem impacto direto na atividade seguradora. Por um lado, cria pressão sobre o custo dos sinistros (materiais de construção, mão de obra, peças automóveis), exige maior sensibilidade na gestão de carteiras de investimento a taxa fixa e reforça a necessidade de ajustamentos tarifários mais frequentes, sobretudo nos ramos Não Vida e nos riscos climáticos, onde já se observam restrições e aumentos seletivos em zonas de maior exposição (cheias, incêndios florestais). Por outro lado, a subida das taxas de juro beneficia a atratividade dos produtos de capitalização e de Vida Não Ligada, sustentando o forte dinamismo comercial observado neste segmento, num contexto em que o mercado de trabalho resiliente e o crescimento da procura interna continuam a suportar a atividade seguradora em Portugal.

Fontes:

Banco de Portugal, Boletim Económico – junho 2026 — bportugal.pt

Banco de Portugal, comunicado sobre o Boletim Económico de junho de 2026 — bportugal.pt

ASF (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), Relatório da Evolução da Atividade Seguradora – 1.º trimestre de 2026.

2. Evolução da Atividade da Entidade

A SEGUP tem como atividade principal a mediação corretagem consultadoria de seguros.

Análise de Rendimentos

Verificamos um aumento dos rendimentos globais em cerca de 104% face ao período homólogo. Este aumento resulta do aumento dos serviços prestados, comissões, em cerca de 107.93% face a 2024 conforme quadro abaixo:

	2025	2024	Variação	
			Valor	%
Prestações de Serviços	4.618.750,17 €	2.221.286,93 €	2.397.463	107,93%

Análise de Gastos

Verificamos também um aumento do valor total dos gastos em cerca de 97% face ao período homólogo. O maior aumento verifica-se na rubrica dos Fornecimento e serviços externos de cerca 927 mil euros provocado pelo aumento das comissões em cerca de 712 mil euros. Adicionalmente, também verificamos um aumento dos gastos com pessoal, das depreciações e amortizações e dos outros gastos em cerca de 586 mil, 69 mil e 468 mil euros respetivamente.

Estrutura de Balanço

	2025	2024	Variação	
			Valor	%
Ativo não corrente	1.357.880	1.037.714	320.166	30,85%
Ativo corrente	1.654.045	451.235	1.202.810	266,56%
Total do Ativo	3.011.925	1.488.949	1.522.976	102,29%
Capitais Próprios	882.728	413.166	469.563	113,65%
Passivo não corrente	479.194	160.000	319.194	199,50%
Passivo corrente	1.650.003	915.783	734.220	80,17%
Total do Passivo	2.129.197	1.075.783	1.053.414	97,92%
Total dos Capitais próprios e Passivo	3.011.925	1.488.949	1.522.976	102,29%

Verificamos um aumento do valor do ativo em cerca de 102% quando comparado com 2024. Adicionalmente, observamos um aumento do passivo corrente em cerca de 98% do valor do passivo, verificamos também um aumento do valor do capital próprio em 114%.

3. Análise económica e financeira

A evolução da atividade da entidade nos últimos anos reflete-se nos valores evidenciados por alguns indicadores económicos, financeiros e de rentabilidade, nomeadamente:

	2025	2024
Indicadores económicos		
EBITDA	669.929,61	273.460,39
EBITDA/VN	14,50%	12,31%
EBITDA/ATIVO	22,24%	18,37%
Cash flow	900.572,62	213.954,40
Volume de negócios	4.618.750,17	2.221.286,93
Variação VN	107,93%	80,83%
Indicadores Financeiros		
Autonomia Financeira (AF)	29,31%	27,75%
Solvabilidade Geral (SG)	41,46%	38,41%
Liquidez Geral (LG)	100,24%	49,27%
Liquidez Reduzida (LR)	100,24%	49,27%
Indicadores de rentabilidade		
Rendibilidade dos Serviços Prestados	0,080	0,051
Rendibilidade dos Capitais Próprios (RCP%)	89,45%	37,60%



A Entidade tem vindo a adotar uma estratégia de crescimento baseada na aquisição de empresas e carteiras de seguros, com impacto nas demonstrações financeiras da empresa. Verificamos uma melhoria transversal em todos os indicadores. Destacamos o aumento da rentabilidade dos capitais próprios e o aumento do EBITDA face ao ano de 2024.

4. Factos Relevantes Ocorridos Após o Termo do Período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram quaisquer acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

O ano de 2026 terá um cenário geopolítico mundial marcado por várias dinâmicas complexas como a ascensão da China, a rivalidade EUA-China, o conflito na Ucrânia, as mudanças climáticas, o crescimento da Índia, a Cibersegurança e as tensões no Médio Oriente.

A China continuará a expandir sua influência global, especialmente com a Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota” (nova Rota da Seda), desafiando os EUA em áreas como comércio e segurança. A competição entre as duas potências será central, com disputas em comércio, tecnologia e questões geopolíticas, como o status de Taiwan.

A globalização será reconfigurada, com diferentes países a procurar maior integração regional ou desglobalização. A Índia consolidará como uma potência emergente, com crescente influência no Indo-Pacífico. A recuperação pós-pandemia será marcada por desigualdades económicas, com tensões internas e externas em vários países. A corrida pela inteligência artificial e tecnologia quântica alterará o equilíbrio de poder, com a dominação digital tornando-se uma área de disputa entre potências. O Médio Oriente continuará

tenso, com rivalidades regionais, como entre Irão e Arábia Saudita, e a normalização das relações de Israel com outros países árabes.

As questões ambientais serão cada vez mais relevantes, com disputas por recursos naturais e transições energéticas, especialmente no Ártico.

Assim, a economia mundial enfrenta vários desafios e tendências que impactam o crescimento, a inflação e a estabilidade financeira global. Alguns dos principais aspetos incluem:

- **Tensões geopolíticas e conflitos internacionais** – As tensões geopolíticas e os conflitos internacionais continuam a ter um impacto significativo na economia global. Além da instabilidade na Ucrânia e no Médio Oriente, há outros fatores relevantes que moldam o cenário económico e comercial, nomeadamente a política comercial dos EUA.
- **Inflação e política monetária** – Muitos países continuam a lidar com níveis elevados de inflação, o que leva os bancos centrais a manter ou subir taxas de juro, afetando o consumo, o investimento e o custo do crédito.
- **Crescimento económico desigual** – Enquanto algumas economias demonstram sinais de recuperação, outras continuam a enfrentar dificuldades devido a fatores como a desaceleração do comércio global e o elevado endividamento público e privado.
- **Transformação energética e transição climática** – A necessidade de descarbonização e de investimentos em energias renováveis está a reformular setores inteiros e a pressionar os governos a adotar políticas ambientais mais ambiciosas.
- **Inteligência artificial e automação** – O impacto da IA no mercado de trabalho e nos modelos de negócios está a transformar a produtividade e a competitividade das empresas.
- **Problemas na cadeia de abastecimento** – Ainda existem perturbações nas cadeias de fornecimento globais devido a fatores como eventos climáticos extremos, conflitos geopolíticos e mudanças na política comercial.
- **Dívida pública e défices orçamentais** – Muitos governos continuam a lidar com elevados níveis de endividamento, resultado dos estímulos económicos adotados durante a pandemia e da necessidade de investimentos em infraestruturas e políticas sociais.
- **Mercados financeiros voláteis** – A incerteza económica e política reflete-se na volatilidade dos mercados bolsistas e cambiais, afetando a confiança dos investidores e a estabilidade financeira.

Neste contexto, a Administração ponderou os fatores acima referidos e enquadrou-os com o modelo de negócio da empresa e, com base na informação disponível, verificou que neste momento os aspetos acima

referidos estão devidamente enquadrados no seu modelo de gestão de risco, estando atualmente a serem tomadas as medidas necessárias para mitigar ou evitar o potencial impacto das situações acima descritas.

Dependendo da profundidade e da extensão temporal dos impactos disruptivos, a atividade e rentabilidade da empresa será afetada em maior ou menor grau. Com base em toda a informação disponível à data, incluindo no que respeita à situação de liquidez e de capital, bem como quanto ao valor dos ativos, considera-se que se mantém aplicável o princípio da continuidade das operações que esteve subjacente à elaboração das demonstrações financeiras. É entendimento da Gerência que estes desafios económicos não põe em causa a continuidade das operações.

5. Evolução Previsível da Sociedade

Para o próximo exercício, a Sociedade perspetiva um contexto macroeconómico ainda marcado por alguma incerteza, decorrente da conjuntura geopolítica internacional, da evolução, dos preços, da energia e das taxas de juro, sem que tal ponha em causa as perspetivas de crescimento sustentado da atividade.

Neste enquadramento, a Sociedade continuará a orientar a sua atuação para a consolidação da sua posição no mercado, através de:

- Crescimento sustentável da carteira, com especial enfoque nos ramos e segmentos de maior potencial, mantendo simultaneamente uma política de subscrição criteriosa e uma gestão técnica rigorosa;
- Reforço da eficiência operacional, através da otimização de processos e da aposta continuada na transformação digital, com vista à melhoria da experiência do cliente e à contenção de custos;
- Monitorização ativa dos riscos emergentes, designadamente os riscos climáticos, cibernéticos e regulatórios, adaptando a estratégia de gestão de risco e de resseguro em conformidade;
- Manutenção de uma sólida posição de solvência e liquidez, assegurando o cumprimento confortável dos requisitos regulamentares aplicáveis e a capacidade de resposta a cenários adversos.

A Administração continuará a acompanhar de forma atenta a evolução da conjuntura macroeconómica e do enquadramento regulatório, adotando as medidas que se revelem adequadas à salvaguarda dos interesses da Sociedade, dos seus Clientes, Colaboradores e demais stakeholders, com vista à criação de valor sustentável no médio e longo prazo.

6. Ações Próprias

No decurso do período de 2025 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2025, a sociedade não detinha ações próprias.

7. Autorizações Concedidas a Negócios Entre a Sociedade e os Seus Administradores

Durante o período de 2025 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

8. Sucursais da Sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido do período de 2025 positivo, no valor de 369.562,62€ (trezentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reservas Livres.....369.562,62€

10. Objetivos e Políticas de Gestão dos Riscos Financeiros

Para além dos riscos que possam decorrer de uma eventual retração da economia em virtude dos efeitos resultantes da rutura nas cadeias de abastecimento globais, pelo surgimento de pressões inflacionistas e pela invasão da Ucrânia pela Rússia, não são, nesta altura, previsíveis outros, que possam pôr em causa a atividade ou a prossecução dos objetivos da entidade.

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos da entidade.

11. Principais Riscos e Incertezas

Atividade da empresa encontra-se exposta a uma variedade de fatores de riscos financeiros: risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de liquidez, os quais são objeto de uma política de monitorização e gestão que visa minimizar os potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da empresa:

Riscos de Mercado

- **Risco de Taxa de Câmbio**

O risco cambial é consequência de ativos, passivos e transações comerciais futuras. A entidade apresenta uma baixa exposição ao risco de taxa de cambio.

Risco de Crédito

O risco de crédito, na entidade e uma vez que a atividade exercida é a corretagem de seguros e serviços conexos não existe qualquer risco de crédito para a entidade.

Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento;
- Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

12. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2025, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 2.952,00 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal de contas.

13. Outras informações

A entidade alterou a dia 02 de abril de 2024 a sua designação de SEG UP – MEDIAÇÃO DE SEGUROS S.A. para SEG UP CORRETORES DE SEGUROS S.A..

14. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Administração para emissão em 30 de junho de 2026.

15. Nota final

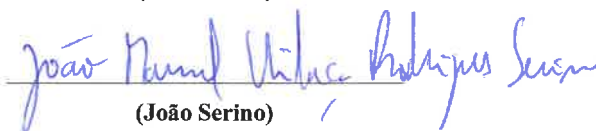
A administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade.

Braga, 30 de junho de 2026

A Administração



(Luis Torres)



(João Serino)



(Domingos Vieira)

Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, informamos que à data de 31 de dezembro de 2025, os membros dos órgãos de Administração e de fiscalização não eram titulares ações:

➤ Conselho de Administração

O Conselho de administração não era detentor de quaisquer ações naquela data, nem possui à presente data, nem efetuou quaisquer aquisições ou alienações durante o período de 2025.

➤ Fiscal Único

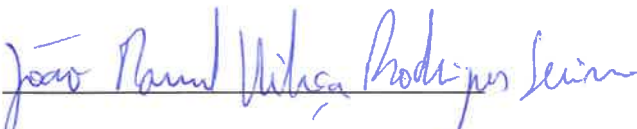
O órgão de fiscalização não era detentor de quaisquer ações naquela data, nem possui à presente data, nem efetuou quaisquer aquisições ou alienações durante o período de 2025.

Braga, 30 de junho de 2026

O Conselho de Administração,



(Luís Romeu Rodrigues Torres)


João Manuel Vilaça Rodrigues Serino

(João Manuel Vilaça Rodrigues Serino)



(Domingos Carlos Gomes Vieira)

Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Romeu Rodrigues Torres

João Manuel Vilaça Rodrigues Serino

Domingos Carlos Gomes Vieira

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Fernando Domingos Moreira Torres

Secretário: Manuel Rodrigues de Sá Serino

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: António Fernandes, Marta Martins & Associados SROC Lda. representada por Dr. António Manuel Pinheiro Fernandes (SROC n.º 327)

Fiscal Único Suplente: Dr. º Amadeu José Maia Monteiro de Magalhães (ROC n.º 1069)

SEGUP CORRETORES DE SEGUROS S.A.

Balço Individual em 31 de dezembro de 2025

Unidade Monetária: euro

RUBRICAS	NOTAS	31.dez.25	31.dez.24
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	391.312,06	282.474,73
Ativos intangíveis	6	795.831,33	620.604,24
Participações financeiras - método eq. patrimonial	6	170.736,16	130.450,01
Outros investimentos financeiros	7	0,00	4.184,78
		<u>1.357.879,55</u>	<u>1.037.713,76</u>
Ativo corrente			
Clientes	8	324,23	6.748,73
Estado e outros entes públicos	9	1.591,67	0,00
Outros créditos a receber	10	697.595,85	178.802,84
Diferimentos	11	49.776,28	32.728,62
Outros ativos financeiros	7	4.184,78	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	900.572,62	232.954,88
		<u>1.654.045,43</u>	<u>451.235,07</u>
Total do Ativo		<u>3.011.924,98</u>	<u>1.488.948,83</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	12	54.000,00	54.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	100.000,00	0,00
Reservas legais	14	10.800,00	10.800,00
Outras reservas	14	322.668,78	209.295,26
Resultados transitados	15	11.725,44	27.449,89
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	13.971,29	-1.753,16
Resultado líquido do período		<u>369.562,62</u>	<u>113.373,52</u>
Total do Capital Próprio		<u>882.728,13</u>	<u>413.165,51</u>
Passivo			
Passivo não Corrente			
Financiamentos obtidos	17	220.000,00	160.000,00
Outras dívidas a pagar	19	259.193,84	0,00
		<u>479.193,84</u>	<u>160.000,00</u>
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	129.955,95	90.510,39
Estado e outros entes públicos	9	125.608,68	56.416,34
Financiamentos obtidos	17	0,00	6.530,02
Outras dívidas a pagar	19	1.394.438,38	762.326,57
		<u>1.650.003,01</u>	<u>915.783,32</u>
Total do Passivo		<u>2.129.196,85</u>	<u>1.075.783,32</u>
Total do Capital Próprio e do Passivo		<u>3.011.924,98</u>	<u>1.488.948,83</u>

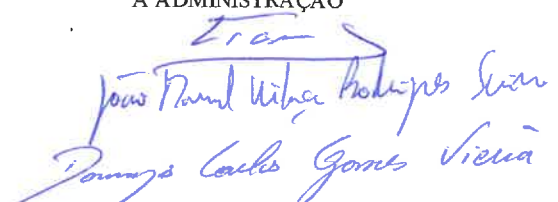
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Braga, 30 de junho de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO Nº18205



A ADMINISTRAÇÃO



SEGUP CORRETORES DE SEGUROS S.A.

**Demonstração Individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2025**

Unidade monetária: euro

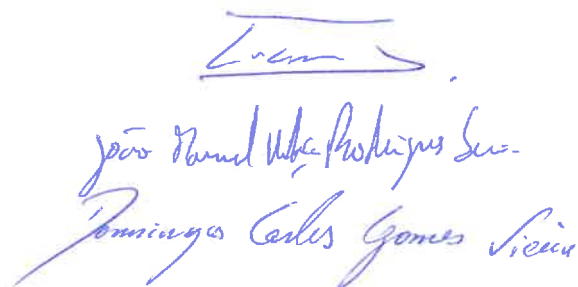
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Prestação de serviços	20	4.618.750,17	2.221.286,93
Subsídios à exploração	21	0,00	5.096,04
Fornecimentos e serviços externos	22	-1.876.443,76	-949.881,82
Gastos com o pessoal	23	-1.402.805,73	-817.265,31
Outros rendimentos	24	43.889,47	60.021,37
Outros gastos	25	-713.460,54	-245.796,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		669.929,61	273.460,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	-169.819,83	-100.580,88
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		500.109,78	172.879,51
Juros e rendimentos similares obtidos	27	4.223,76	1.625,01
Resultado antes de impostos		504.333,54	174.504,52
Imposto sobre o rendimento do período	9	-134.770,92	-61.131,00
Resultado líquido do período		369.562,62	113.373,52

Braga, 30 de junho de 2026

O CONTABILISTA CERTIFICADO Nº18205



A ADMINISTRAÇÃO



José Manuel Albuquerque
Pompeu Carlos Gomes Vieira